

# Especialista fala sobre inclusão de deficientes em classes regulares

*Na França, adoção de medida foi acompanhada de programas de formação de docentes*

LIANA JOHN

A determinação de incluir os deficientes físicos e mentais nas escolas regulares — movimento pelo qual passa a educação especial no Brasil — já era lei na França em 1975. Mas lá, como aqui, os primeiros anos de prática de inclusão foram cheios de incertezas e desculpas. Para acabar com os obstáculos criados pela falta de informação, o governo francês instituiu comissões departamentais, com a missão de ajustar a formação dos professores.

Hoje, a grande maioria dos deficientes franceses frequenta a escola maternal (até 6 anos) e segue os cursos elementar (6 a 11 anos) e colegial (11 a 17 anos) até onde for possível. E os limites estão sendo quebrados a cada ano. “Quase 100% dos portadores de síndrome de Down, por exemplo, estão na escola maternal e cerca de 73% deles frequentam o curso elementar, após o qual seguem para os profissionalizantes”, conta Pierre Benaych, que durante 15 anos dirigiu a comissão departamental de inclusão do Val-du-Marne (região de Paris) e os cursos suplementares de formação de professores. A síndrome de Down é uma deficiência genética e está entre as causas mais comuns de atraso mental.

O especialista francês está no

Brasil para uma série de palestras e encontros com profissionais da área de educação e de instituições de assistência aos deficientes. “No início houve muita resistência do setor educativo e a desculpa mais frequente era a falta de preparo dos professores”, diz Benaych. “Também era frequente o temor dos pais de crianças normais, de que as deficiências fossem contagiosas ou pudessem prejudicar o rendimento escolar de seus filhos.” Aos poucos, as resistências e os temores foram vencidos. “Isso foi importante, porque nosso objetivo não era apenas a inclusão escolar, mas a inclusão social”, afirmou Benaych.

“A inclusão dos deficientes é uma questão humanista, de cidadania”, observa Benaych.